



4º Simulado

TJ GO Juiz

Simulado TJ-GO Juiz

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-GO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - [https://bit.ly/Simulado-TJ GO-Juiz-22-08-21](https://bit.ly/Simulado-TJ_GO-Juiz-22-08-21)

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Kris e Cristina são as únicas filhas de Paulo e Maria, casados em comunhão universal de bens. Paulo faleceu no início de 2013, tendo dedicado boa parte de sua vida a colecionar quadros de pintores famosos. Em 2021, Maria decide vender a preço justo todos os quadros da coleção de Paulo a Kris, mesmo sabendo que ambas as filhas gostavam dos quadros. Caso não concorde com a venda realizada, o prazo para Cristina requerer a sua anulação é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;
- e) prescricional, de cinco anos.

02. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou:

- a) à indenização pelas despesas dos contratos e pelos prejuízos que indiretamente resultarem da evicção;
- b) às custas judiciais, mas não aos honorários do advogado por ele constituído;
- c) à indenização dos frutos que tiver restituído voluntariamente;
- d) às custas judiciais;
- e) aos honorários sucumbenciais a que eventualmente for condenado.

03. Em relação à ação de exigir contas, nos casos de pensão, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) não cabe tal ação, visto que o guardião do alimentando goza de presunção e boa-fé;
- b) deverá ser ajuizada contra o próprio alimentando, que será representado por seu guardião;
- c) é cabível, desde que proposta sem a finalidade de apurar a existência de eventual crédito;
- d) não cabe tal ação, visto que configuraria um modo prático de verificar a existência de crédito;
- e) a referida ação prescreve em dois anos.

04. Joaquina, adolescente de 15 anos, sempre sonhou em se casar cedo, assim como sua mãe fez. Em razão da tradição de família, engravida, no ano de 2020, ainda aos 15 anos de Joaquim, filho de um primo seu de quarto grau, que possui 20 anos completos. Assim, inicia o procedimento para se casar com Joaquim, protocolando a documentação para o casamento coletivo na comarca da cidade. Em relação a esse caso, é correto afirmar que:

- a) Joaquina não poderá se casar, pois é vedado aos menores de dezesesseis anos, em qualquer situação;
- b) Joaquina não poderá se casar porque Joaquim é seu parente colateral de quarto grau;
- c) Joaquina poderá se casar porque está grávida;
- d) é vedado que se casem os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural;
- e) caso já estivesse casada com seu primo desde 2018, Joaquina deverá ter seu casamento anulado em razão da vedação legal que não admite exceções.

05. Fulano é credor de Hermes e Renato em relação a uma obrigação indivisível. Por força de contrato entre as partes, estabeleceu-se entre os devedores uma solidariedade passiva em benefício a Fulano.

Por uma infelicidade do destino, Hermes falece antes mesmo da obrigação ser cumprida, deixando seus filhos Adão e Eva como únicos herdeiros.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Fulano apenas poderá cobrar o cumprimento da obrigação de Renato;
- b) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, mas apenas se o fizer conjuntamente;
- c) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, podendo, ainda, exigir o cumprimento total da obrigação exclusivamente de Adão;
- d) em razão do falecimento de Hermes, a obrigação obrigatoriamente passa a ser divisível e quantificada em dinheiro, podendo ser cobrada equitativamente entre os devedores;
- e) apesar de indivisível, a obrigação, caso cobrada diretamente a Adão, deverá ser cobrada de forma proporcional à sua cota como herdeiro de Hermes.

06. Ainda que sempre possível a realização de exame de DNA para se comprovar a filiação, há casos em que a lei presume terem sido concebidos os filhos na constância do casamento. Quanto a isso, assinale a alternativa que não representa uma correta hipótese para essa presunção:

- a) filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- b) filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- c) filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, ainda que sem prévia autorização do marido;
- d) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
- e) filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.

07. João Lucas é um fã de revistas em quadrinhos sobre super-heróis. Por essa razão, sempre comprou todos os exemplares das revistas nas bancas, conseguindo juntar mais de trezentas HQs. Devido à quantidade de revistas, João Lucas resolveu organizar tudo em um quarto com estantes, numerando e catalogando todas as revistas em um nível de organização exemplar, como se biblioteca particular fosse.

Em relação à biblioteca particular de João Lucas, é correto afirmar:

- a) as revistas devem ser consideradas como bens singulares, visto que cada uma é única, não possibilitando a reunião desses bens para quaisquer fins;
- b) caracterizada na situação descrita a universalidade de fato em relação às revistas;
- c) caracterizada na situação descrita a universalidade de direito em relação às revistas;
- d) a análise da universalidade dos bens deve ocorrer apenas entre aqueles de igual natureza, razão pela qual as estantes não podem ser consideradas conjuntamente com as revistas para quaisquer fins;
- e) a universalidade dos bens somente pode ser considerada conforme a previsão legal para determinado caso.

08. O Corpo de Bombeiros foi acionado por vizinhos para socorrer um incêndio que ocorria na casa de César. Porém, para alcançar a entrada da casa em chamas, foi necessário derrubar uma parede do vizinho, tudo com a finalidade de salvar as vidas que corriam perigo no momento. Posteriormente, descobriu-se que o incêndio ocorreu porque César foi esquentar água no fogão para cozinhar um macarrão instantâneo e acabou dormindo no sofá da sala enquanto esperava. Em relação ao vizinho que teve seu muro derrubado, é correto afirmar que:

- a) não poderá requerer indenização, visto que foi um ato necessário para salvar a vida de Marcos Rogério;
- b) poderá requerer indenização, já que não deu causa ao incêndio;
- c) poderá ser indenizado pelo bombeiro que derrubou o muro, que responderá pessoalmente pelo prejuízo;
- d) Marcos Rogério não responderá por qualquer prejuízo, ainda que de forma regressiva;
- e) o caso narrado demonstra situação de abuso de direito por parte do bombeiro.

09. Júlia estava caminhando na calçada de uma grande avenida quando foi atingida em sua cabeça por uma garrafa de vidro, o que lhe causou grande dor e resultou em uma pequena operação com 20 pontos de costura para conter o sangramento. Após alguma pesquisa sobre a origem da garrafa, descobriu que ela foi jogada por algum hóspede do Hotel Cabaña, que possuía uma varanda da área de lazer exatamente acima do local em que foi atingida pela garrafa. Sem ser possível identificar exatamente qual o hóspede que jogou a garrafa que a atingiu, é correto afirmar que Júlia:

- a) nada poderá fazer, já que não identificou a pessoa que jogou a garrafa;
- b) poderá acionar o Estado respectivo, pois é dever do Poder Público fiscalizar a atividade dos hotéis;
- c) poderá ajuizar eventual ação de reparação civil em até dez anos;
- d) poderá acionar diretamente o dono do Hotel Cabaña para que repare os danos a ela causados;
- e) o direito à reparação civil em benefício a Júlia prescreve em cinco anos.

10. Carlos obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender um carro ou uma moto a Joaquim mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

- a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;
- b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;
- c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- e) se a venda do carro se tornar impossível por culpa do devedor, restará ao credor apenas o direito de exigir a prestação subsistente.

11. Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Em relação a referido instituto, é correto afirmar que:

- a) a depender do contexto fático do negócio jurídico firmado, é possível presumir a solidariedade entre as partes de um dos polos;
- b) na obrigação solidária, as partes estarão sujeitas às mesmas condições sempre, a exemplo do local de pagamento;
- c) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar;
- d) o devedor poderá opor a um credor solidário as exceções pessoais oponíveis aos demais credores;
- e) caso o credor solidário decida renunciar à solidariedade passiva, apenas poderá fazer se esta aproveitar todos os devedores.

12. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa que representa uma afirmação incorreta:

- a) em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda;
- b) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor;

c) a novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste;

d) a responsabilidade pela evicção pode ser excluída pelas partes contratantes mediante cláusula expressa;

e) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

13. No que tange aos critérios de modificação de competência,

a) a competência determinada em razão do território, pessoa ou função é derogável por convenção das partes.

b) reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido, as partes e a causa de pedir.

c) os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.

d) a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, ocorrendo a prevenção com o oferecimento da contestação pelo réu.

e) quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

14. Jurisdição é o poder que o Estado tem de resolver os conflitos, substituindo a vontade das partes e impondo essa decisão coercitivamente. Assinale a alternativa que estabelece, de acordo com a teoria clássica, majoritária no Brasil, a característica da jurisdição voluntária.

a) Tem caráter administrativo.

b) Ocorre em um procedimento em que há interessados e formação coisa julgada.

c) A jurisdição atua a partir de uma lide, na qual há conflitos de interesse.

d) Tem por finalidade a atuação do direito e a pacificação social.

e) Um exemplo de jurisdição voluntária é a ação de restauração de autos.

15. A respeito da cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A cooperação jurídica internacional pode ter por objeto a colheita de provas e obtenção de informações.

b) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

c) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Contudo, não se exigirá reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.

d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

e) Considera-se autêntico o documento que instruir pedido de cooperação jurídica internacional, inclusive tradução para a língua portuguesa, quando encaminhado ao Estado brasileiro por meio de autoridade central ou por via diplomática, dispensando-se ajuramentação, autenticação ou qualquer procedimento de legalização.

16. Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

I. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente, alcançando, inclusive, membros do MP, Defensoria e Juiz.

II. É uma punição processual que depende de provocação judicial;

III. Pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam reconvenção contra texto expresso da lei.

A opção que traz a informação correta é:

a) I e II.

b) I, II e III.

c) III

d) I.

e) todas estão erradas.

17. Analise as seguintes assertivas:

I. O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, ainda que tenha constituído advogado.

II. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

III. A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

IV. A decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação é irrecorrível

A opção que traz a informação correta é:

a) I e II.

b) I, II e IV.

c) II e III

d) I.

e) todas estão erradas.

18. Analise as proposições abaixo, acerca do impedimento e suspeição:

I. Há impedimento do juiz caso figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.

III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.

IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Está correto o que se afirma apenas em

a) I, II e III.

b) III e IV.

c) I, III e IV.

d) I e II.

e) II e IV.

19. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A suspensão do processo por convenção das partes só poderá perdurar por, no máximo, seis meses, e o juiz determinará o prosseguimento do processo, assim que se esgotar o prazo.
- b) O processo será suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, em qualquer hipótese.
- d) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.
- e) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.

20. A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá suspensos seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.
- e) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 05 (cinco) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

21. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito,

- a) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, vedado o reconhecimento da obrigação ilíquida.
- b) a liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
- c) a decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável através de recurso de apelação.
- d) a parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, devendo, em regra, prestar caução no caso de recurso contra essa decisão pendente de julgamento.
- e) o juiz só poderá decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou o réu for revel.

22. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

- a) A sentença arbitral não é considerada como título executivo para fins de cumprimento de sentença.
- b) A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
- c) O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
- d) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- e) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.

23. De acordo com as disposições contidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação ao processo de execução.

- a) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, suspende-se a execução pelo prazo de 1 (um) ano, interrompendo-se a prescrição.
- b) Os embargos à execução serão, em regra, recebidos no efeito suspensivo.

- c) Não são admissíveis embargos à execução antes da penhora, depósito ou caução.
- d) Caso haja litisconsortes com diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, o prazo para opor embargos à execução será contado em dobro.
- e) O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

24. De acordo com o art. 1.015 do Código de Processo Civil, caberá recurso de agravo de instrumento da decisão interlocutória que

- a) acolher ou rejeitar o pedido de gratuidade da justiça.
- b) for proferida na fase postulatória do procedimento comum, na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- c) decidir quanto à inadmissão, sem qualquer urgência, de uma prova no processo.
- d) incluir litisconsorte no processo.
- e) decidir o mérito do processo, como a decisão que resolver parcialmente o mérito do processo quando um ou mais pedidos formulados, ou parcelas deles,

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

25. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca das relações consumeristas, considere:

- I. As regras do CDC aplicam-se aos contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - FIES, pois se trata de serviço bancário.
- II. As normas do CDC não são aplicáveis às atividades de cooperativas, ainda que equiparadas àquelas típicas de instituições financeiras.
- III. Há relação de consumo entre a instituição financeira e a pessoa jurídica que busca financiamento bancário ou aplicação financeira para ampliar o capital giro ou fomentar atividade produtiva.

IV. Nas ações de repetição de indébito por defeito do serviço bancário, o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data em que ocorreu a lesão ou pagamento.

V. As entidades bancárias são responsáveis pelos prejuízos resultantes de investimentos malsucedidos quando houver defeito na prestação do serviço de informação/conscientização dos riscos envolvidos na operação.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

26. Assinale alternativa que não indica instrumento com o qual o Poder Público pode contar para executar a Política Nacional das Relações de Consumo:

- a) Educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- b) Criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- c) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- d) Criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- e) Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

27. Acerca da prescrição e da decadência nas relações de consumo, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor:

- a) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

b) Inicia-se a contagem do prazo decadencial, para reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação, a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

d) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

e) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento da entrega efetiva do produto.

28. Assinale a alternativa correta em relação à responsabilidade por vício do produto e do serviço, segundo as disposições do Código de Defesa do Consumidor:

a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor,

b) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

c) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 90 dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.

d) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

e) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

29. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) A responsabilidade da instituição financeira não será afastada quando o evento danoso decorrer de transações realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista.

b) Nos contratos de locação de cofre particular, se revela abusiva a cláusula limitativa de valores e de objetos a serem armazenados, sobre os quais recairá a obrigação de guarda e de proteção do banco locador.

c) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos relativos a aplicações em fundos de investimento celebrados entre instituições financeiras e seus clientes.

d) É ilícita a estipulação de cláusula de fidelização em contrato de serviços de telecomunicação.

e) É suficiente para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

30. Não configura prática abusiva, vedada de ser praticada pelo fornecedor de produtos e serviços, nos termos do Código de Defesa do Consumidor:

a) Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.

b) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor em decorrência de práticas anteriores entre as partes.

c) Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.

d) Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.

e) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.

31. O Código de Defesa do Consumidor possui vasta quantidade de dispositivos que visam à proteção contratual do consumidor. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se anuláveis as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- b) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.
- c) No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.
- d) No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, é assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, desde que totalmente, mediante redução dos juros e demais acréscimos.
- e) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato, especialmente quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

32. Assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- b) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- c) É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos

danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.

- d) As instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- e) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades abertas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

33. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), entre 2010 e 2020, pelo menos 103.149 crianças e adolescentes com idades de até 19 anos morreram no Brasil, vítimas de violência. O ECA, por inclusão da Lei nº 13.010/2014, prevê que:

- a) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, salvo quando estritamente necessários à sua correção, disciplina e educação e se aplicados de maneira comedida e proporcional à necessidade.
- b) Apenas os pais, os integrantes da família ampliada e os responsáveis pela criança ou adolescente poderão ser submetidos às medidas previstas no Estatuto.
- c) O tratamento cruel ou degradante caracteriza-se pela prática de atos que humilhem, ameacem gravemente ou ridicularizem a criança ou o adolescente.
- d) Cabe ao magistrado determinar a aplicação das medidas previstas em caso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante.
- e) A legitimidade para aplicação das medidas é ampla, abrangendo o magistrado, o membro do Ministério Público, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato e o Conselho Tutelar.

34. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar:

- a) Apenas pessoas físicas podem participar dos programas de apadrinhamento.
- b) Para que possa exercer o papel de padrinho ou madrinha, exige-se que o interessado não esteja inscrito nos cadastros de adoção.
- c) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos e que sejam, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velhas que a criança ou adolescente.
- d) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária, sem o escopo de fornecer-lhe desenvolvimento no aspecto financeiro.
- e) Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar o Conselho Tutelar.

35. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas. Considerando as disposições legislativas e a posição do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar:

- a) Não é possível aplicar a remissão com medida socioeducativa que não implique restrição à liberdade do adolescente.
- b) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, dada sua natureza eminentemente hedionda, enseja, por si só, a aplicação da medida socioeducativa de internação.
- c) Dispensa-se a oitiva do menor infrator antes de decretar a regressão da medida socioeducativa.
- d) Para a configuração da reiteração na prática de atos infracionais graves, o Superior Tribunal de Justiça não exige a prática de, no mínimo, três infrações dessa natureza.
- e) Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, juntamente com os demais adolescentes visando sua ressocialização.

36. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sobre os conselheiros e as atribuições previstas em lei, assinale a alternativa correta:

- a) As decisões do Conselho Tutelar só poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- b) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei estadual e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização da autoridade judiciária competente.
- c) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, excetuados brindes de pequeno valor.
- d) As decisões do Conselho Tutelar são irrecorríveis.
- e) O Conselho Tutelar deve assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

37. Considere as disposições da Lei nº 12.594/2012 (Lei do Sinase) sobre os procedimentos para execução das medidas socioeducativas e assinale a alternativa correta:

- a) As medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento.
- b) A autoridade judiciária dará vistas da proposta de plano individual ao defensor e ao Ministério Público pelo prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da proposta encaminhada pela direção do programa de atendimento.
- c) O defensor público, o membro do Ministério Público e o magistrado não poderão requerer avaliações ou perícias para a complementação do plano individual.
- d) Eventual impugnação do plano individual acarretará a suspensão de sua execução.

e) O defensor ou o membro do Ministério Público poderão impugnar ou complementar o plano individual; o magistrado, por sua vez, poderá indeferir se entender que a motivação apresentada é insuficiente.

38. As Resoluções nº 113 e 117 do CONANDA buscam estabelecer parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com base nesses instrumentos, assinale a alternativa correta:

a) Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil deverão exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação (defesa dos direitos humanos, promoção dos direitos humanos e controle da efetivação dos direitos humanos), podendo exercer funções em mais de um eixo.

b) São considerados como programas socioeducativos, de forma exemplificativa, a prestação de serviço à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação.

c) As deliberações dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, não têm o condão de vincular as ações governamentais e da sociedade civil organizada.

d) Para a criação e manutenção de programas de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo em meio aberto, os Estados poderão instituir consórcios regionais como modalidade de compartilhar responsabilidades.

e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os sistemas estaduais, distrital e municipais de defesa de direitos, cabendo a cada ente federado a organização do seu próprio atendimento socioeducativo.

39. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) A Lei nº 13.431/2017 também deve ser aplicada às vítimas e testemunhas de violência entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.

b) A violência psicológica praticada contra a criança ou o adolescente abarca qualquer conduta de

discriminação, depreciação ou desrespeito mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática.

c) A lei considera que o ato de alienação parental, entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, é uma forma de violência familiar e doméstica.

d) O tráfico de pessoas manifesta-se como expressão de violência física contra a criança ou adolescente.

e) Havendo revelação espontânea da violência, a criança e o adolescente serão chamados a confirmar os fatos por meio de escuta especializada e depoimento especial, ainda quando se trate de casos de intervenções de saúde.

40. Considerando as disposições da Lei nº 13.431 de 2017, assinale a alternativa correta:

a) A escuta especializada é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade competente.

b) O depoimento especial é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

c) O depoimento especial deverá ser realizado uma única vez e seguirá o rito cautelar sempre que a criança tiver menos de 5 (cinco) anos de idade.

d) Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

e) Ao imputado não é permitida a presença na sala de audiência como forma de resguardar a intimidade e privacidade da vítima ou testemunha.

DIREITO PENAL

Michael Avelar

41. Prevê o Código Penal que a suspensão condicional da pena será revogada, obrigatoriamente, se, no curso do prazo, o beneficiário:

- a) é condenado por crime culposo e a sentença transita em julgado.
- b) possuindo meios para pagar, frustra a execução da pena de multa ou não efetua, a reparação do dano, ainda que por motivo justificado.
- c) descumpre qualquer condição imposta ou é irrecorivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção.
- d) descumpre a condição de no primeiro ano do prazo, prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana.
- e) descumpre qualquer condição imposta.

42. Sobre o livramento condicional, conforme a redação do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz pode concedê-lo novamente, ainda que já o tenha concedido e revogado o benefício anterior.
- b) o juiz deve extinguir a pena, sempre que verificado que o benefício não é suspenso ou revogado antes do término do período de provas.
- c) o juiz pode revogá-lo, se o liberado vier a ser condenado por acórdão proferido por Tribunal de Justiça, ainda que pendente a apreciação de recurso aos Tribunais Superiores.
- d) o juiz deve necessariamente revogá-lo se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.
- e) o juiz pode concedê-lo ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a seis meses, desde que preenchidos os demais requisitos do livramento condicional

43. Deve o juiz extinguir a punibilidade nos seguintes casos, exceto:

- a) quando o agente praticar o crime de injúria, mas se retratar publicamente.
- b) quando verificada a prescrição da pretensão executória.

c) constatada a decadência, no caso de ação penal de iniciativa privada.

d) havendo descriminalização de conduta anteriormente considerada ilícita.

e) nos casos em que é concedido perdão judicial ao acusado.

44. A lei 14.155, de 27 de maio de 2021, alterou o Código Penal, modificando o tipo penal do delito de invasão de dispositivo informático. Sobre esse tipo penal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O núcleo do tipo é invadir, que significa ingressar, penetrar ou apoderar-se. O objeto material é dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores.
- b) O crime é material e a obtenção dos resultados almejados pelo sujeito ativo é necessária para a sua consumação, como a obtenção, adulteração ou destruição de dados ou informações.
- c) O crime é comum, doloso e plurissubsistente, admitindo o *conatus*.
- d) Dispositivo informático é todo e qualquer equipamento com capacidade de armazenamento e processamento de informações, envolvendo de computadores pessoais a smartphones.
- e) Responde pela mesma pena quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta descrita no crime de invasão de dispositivo informático.

45. Sobre o crime de redução a condição análoga à de escravo, assinale a alternativa correta:

- a) Com o advento da Lei 10.803/2003, foram enumeradas diversas condutas em rol exemplificativo, que caracterizam o delito, dentre elas: submeter a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, sujeitar a condições degradantes de trabalho, restringir, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.
- b) Sendo exemplificadas condutas descritas no tipo penal, praticado o agente mais de uma delas, responde por um único crime, aplicando-se o princípio da alternatividade.

- c) Sendo o crime praticado contra criança e adolescente, por motivo de condições preconceito de raça, pode o magistrado utilizar uma das causas de aumento de pena na terceira fase para exasperação da pena, podendo considerar a outra como circunstância desfavorável, para fixação da pena-base, desde que fundamentada a decisão.
- d) O crime de redução a condição análoga à de escravo pode ser cometido a título de dolo, quando o tem a vontade consciente de realizar a figura delituosa, e a título de culpa, quando é negligente quanto às condições de trabalho.
- e) Incorre no crime quem impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

46. Sobre o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da criminalização da homotransfobia, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de *racismo*, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989.
- b) A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros.
- c) O conceito de *racismo*, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconheceu o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se

referem os incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBT.

- e) O Plenário da Suprema Corte fixou, como termo inicial, a data de publicação do Acórdão no Diário Oficial Eletrônico, dispensando o trânsito em julgado e a publicação do respectivo acórdão para que se irradiem os efeitos vinculantes e erga omnes da decisão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

47. Em relação à fiança, julgue as assertivas a seguir.

I – Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento.

II – O réu afiançado não poderá, sob pena de quebramento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

III – O quebramento injustificado da fiança importará na perda integral do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou decretação da prisão preventiva.

IV – No caso de inovação da classificação do delito e reconhecimento de crime inafiançável, a autoridade competente deverá cassar a fiança arbitrada.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
e) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.

48. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, assinale a opção correta.

- a) O princípio da proporcionalidade se aplica às medidas cautelares de modo a proibir excessos e prejuízo desarrazoado ao acusado; sua análise não passa, entretanto, pela apreciação da eficiente proteção da sociedade ou garantia da ordem pública.

b) A aplicação das medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal mostra-se possível quando presente, alternativamente, um ou outro dos pressupostos legais: *fumus comissi delicti* ou *periculum in mora*.

c) O juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, sob pena de violação ao princípio do contraditório, determinará sempre a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, com cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

d) No caso de descumprimento de qualquer das medidas impostas, o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar e decretar a prisão preventiva.

e) É possível a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

49. No tocante às citações e intimações no processo penal, marque a opção correta.

a) Ocorrendo a regular citação por edital, deverá ser nomeado defensor ao acusado, o qual deverá apresentar defesa e acompanhar o processo que tramitará normalmente.

b) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por carta com aviso de recebimento, na qual deve constar, obrigatoriamente, o fim para que é feita a citação, com todas as especificações e o juízo do lugar, com o dia e a hora em que deverá comparecer.

c) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

d) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência, caso em que o juízo poderá determinar a citação por edital.

e) A intimação do defensor constituído, do defensor nomeado, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

50. As nulidades relativas serão consideradas sanadas, quando:

I - Não forem arguidas em tempo oportuno.

II – Praticado por outra forma, o ato tiver atingido a sua finalidade e não prejudicado as partes.

III – Se a parte tiver aceito os efeitos da nulidade, de forma expressa.

IV – Não forem arguidas nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes, se ocorridas após a decisão da primeira instância.

a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

e) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

51. Sobre a sentença penal, julgue as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

I – O juiz, sem modificar a descrição do fato ou o dispositivo legal contido na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave ao acusado.

II – Verificado novo elemento ou circunstância da infração penal não contidos na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública.

III – Em razão da ordem pública, o juiz poderá, também nas ações penais privadas, proferir sentença condenatória, ainda que haja pedido de absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

IV – A existência de fundada dúvida sobre circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena não impede a condenação se comprovada a conduta e a autoria, devendo o juiz declarar, ao final, apenas a dispensa do cumprimento da sanção penal.

a) Está correta apenas a assertiva I.

b) Está correta apenas a assertiva II.

c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

52. No tocante ao procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- a) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz, ainda, declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras, agravantes e causas de aumento de pena que entender presentes.
- b) Desde que não preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz ordenará a remessa dos autos ao Ministério Público para que promova as medidas cabíveis.
- c) Considerando a vedação existente no Código de Processo Penal, é defeso às partes a leitura em plenário do júri dos antecedentes criminais do réu.
- d) O desaforamento poderá ser determinado se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, mas não em razão de excesso de serviço.
- e) A resposta negativa, de mais de 3 (três) jurados, aos quesitos relativos à materialidade do fato e à autoria ou participação encerra a votação e implica a absolvição do acusado.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

53. Aponte a alternativa CORRETA sobre a monitoração eletrônica na fase de execução penal:

- a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime aberto.
- b) A desnecessidade da medida não tem o condão de revogá-la.
- c) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.
- d) O fiscal de monitoração será instruído acerca dos cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico.

e) A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, a suspensão de visitas íntimas.

54. Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.
- b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.
- c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.
- d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.
- e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

55. Evair, engenheiro desempregado, em busca de dinheiro para pagar suas dívidas, decide vender drogas pela primeira vez na vida. Assim que entrega a droga para um usuário e recebe o pagamento, é flagrado pela Polícia Militar e conduzido ao Distrito Policial. Em caso de condenação por tráfico de drogas:

- a) fará jus a atenuante específica por força da primariedade.
- b) poderá valer-se do princípio da insignificância.
- c) poderá ver a sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.
- d) poderá receber proposta de transação penal.
- e) poderá receber proposta de acordo de não persecução penal.

56. Aponte a alternativa que contraria as disposições normativas da tutela de crianças e adolescentes:

- a) pratica crime a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.

- b) a adequação formal ao tipo penal da conduta de vender explosivo será possível se o destinatário do produto for criança ou adolescente.
- c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui qualificadora se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
- d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura encontra-se na fase dos atos preparatórios do *iter criminis*.
- e) os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos podem integrar o delito de corrupção de menores.

57. Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

58. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

- a) visita à família;
- b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.

- c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

59. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

60. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.

- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

61. A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

62. Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

63. A respeito das ações do controle objetivo de constitucionalidade, aponte a assertiva incorreta.

- a) A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos.
- b) Uma vez proposta ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência.
- c) Não cabe rescisória de decisão proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Assim como se aplica ao Procurador-Geral da República, a participação do Advogado-Geral da União é obrigatória em todas as ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- e) Na ação direta de inconstitucionalidade, não se admite a intervenção de terceiros, exceto na condição especial de amicus curiae.

64. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

65. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Deputados Federais e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Estado e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

66. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do

Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

67. Em caso de dissolução, incorporação ou fusão de partido político, o registro será cancelado junto ao Ofício Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral determinará o imediato cancelamento do registro civil e do estatuto do partido quando restar comprovado que este mantém organização paramilitar.
- b) Apenas o Procurador-Geral Eleitoral tem legitimidade para propor ação visando o cancelamento do registro civil de partido político.
- c) Quando os atos forem praticados por órgãos regionais ou municipais, o partido político, em nível nacional, não sofrerá a suspensão das cotas do Fundo Partidário.
- d) Admite-se o cancelamento do registro civil do partido político em caso de ausência da prestação de contas à Justiça Eleitoral, ainda que a omissão seja de órgãos partidários regionais.
- e) Haverá a suspensão do repasse das cotas do Fundo Partidário quando verificada, em qualquer nível, a prática de atos autorizadores do cancelamento do registro civil.

68. Em relação às infrações penais definidas no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), pode-se afirmar:

- a) Todo cidadão que tiver conhecimento de crime eleitoral deverá comunicar ao juiz eleitoral da zona onde se verificou o fato. Em se tratando de comunicação verbal, o magistrado determinará a sua redução a termo e remessa ao Ministério Público Eleitoral que oferecerá a denúncia no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- b) A rejeição da denúncia por ilegitimidade da parte ou por falta de condição exigida por lei para o exercício da ação penal impedirá que esta seja intentada *a posteriori*.
- c) Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para o depoimento pessoal do acusado, ordenando a citação deste e do membro do Ministério Público.
- d) Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de 3 (três) dias.
- e) Se a decisão do Tribunal Regional for condenatória, os autos serão remetidos à instância inferior para execução da sentença, que será feita no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da vista ao Ministério Público

69. Considerando o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se intempestivo o recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida.
- b) A perda do mandato em razão da desfiliação partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.
- c) Havendo fixação de astreintes no âmbito da Justiça Eleitoral, a União não detém legitimidade para requerer sua execução.
- d) Na hipótese de negativa de seguimento ao recurso especial e da consequente interposição de agravo, a parte deverá apresentar contrarrazões tanto ao agravo quanto ao recurso especial, observado do prazo sucessivo de 3 (três) dias para cada manifestação.
- e) Admite-se o recurso especial eleitoral quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração.

70. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 64 de 1990 sobre as causas de inelegibilidade e o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) Em se tratando de candidatos analfabetos, exige-se apenas que saiba ler e escrever minimamente, realizando a aferição com o menor rigor possível.
- b) A Carteira Nacional de Habilitação não gera a presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura, devendo ser aferida a capacidade do candidato.
- c) Havendo indulto presidencial, considera-se o candidato apto a concorrer novamente a qualquer cargo.
- d) A inelegibilidade decorrente da condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público não abrange os crimes contra a ordem tributária.
- e) A condenação por crime de violação a direito autoral não enseja a inelegibilidade regulamentada pela Lei Complementar nº 64/90.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. De acordo com as disposições do Código Civil de 2002, o registro é instituto complementar do Direito de Empresa. Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Não há óbices para que seja levado a registro e arquivamento o contrato social de sociedade empresária que disponha sobre a possibilidade de alienação do nome empresarial, independentemente da previsão de regramento quanto à possibilidade de utilização do nome empresarial pelo adquirente do estabelecimento em caso de trespasses.
- b) O ato sujeito a registro não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, ante a inexistência do arquivamento e do efeito de publicidade exigido em lei, não se admitindo exceções.
- c) As sociedades constituídas para o exercício de profissão intelectual, de natureza científica, vinculam-se ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas,

salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

- d) As pessoas obrigadas a requerer o registro não responderão por perdas e danos em caso de omissão ou demora, ante a natureza iminentemente declaratória do registro empresarial, o que faz com que a situação pretérita ao arquivamento seja reconhecida pelo Direito, nas condições da lei.
- e) As cooperativas poderão ser empresariais ou simples, e, na primeira hipótese, estarão sujeitas ao registro empresarial.
- 72.** Em relação à caracterização, inscrição e capacidade do empresário, dispõe o Código Civil:
- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, no prazo máximo de até 30 dias após o início de suas atividades, sendo que eventuais alterações, serão averbadas à margem da inscrição, no prazo máximo de 15 dias de sua ocorrência.
- b) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes, cuja aprovação não exime o representante ou assistente do menor ou do interdito da responsabilidade pelos atos dos gerentes nomeados.
- c) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, ao pequeno empresário e ao titular da EIRELI, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes, desde que o faturamento anual não seja superior a R\$ 81.000,00.
- d) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação total, e, a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem a qualquer tempo, ser opostos a terceiros.
- e) O empresário casado não pode sem a outorga conjugal, salvo se no regime da separação total de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

73. Em relação à EIRELI – Empresa individual de Responsabilidade Limitada, dispõe a Lei nº 12.441/11:

- a) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade, salvo se anteriormente já possuía registro como empresário individual.
- b) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, a ser integralizado no prazo máximo de doze meses, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- c) É vedada a atribuição à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- e) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma social da empresa individual de responsabilidade limitada, vedada a utilização de denominação, aplicando-se a mesma no que couber, as regras previstas para as sociedades empresárias.

74. Em relação à escrituração empresarial, é correto afirmar:

- a) O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.
- b) O juiz poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver quaisquer pendências judiciais, mediante requerimento fundamentado da parte adversa cuja recusa tipifica crime de desobediência e de responsabilidade fiscal.

- c) Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica, ficando dispensado em tal circunstância o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.
- d) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens, salvo se devidamente ressalvadas, sendo vedado o uso de código de números ou de abreviaturas.
- e) A escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista, administrador ou economista legalmente habilitado, podendo ser substituído por sócio que apresente uma das referidas qualificações, sendo lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, podendo ser assinado por bacharel em Ciências Contábeis legalmente habilitado, ficando dispensada, nesse caso, a anuência do empresário ou sociedade empresária.

75. A respeito do registro de empresários e de sociedades, assinale a opção correta.

- a) As sociedades simples devem ser inscritas no registro público de empresas mercantis, ainda que não exerçam atividade econômica organizada.
- b) Os empresários devem ser inscritos no registro público de empresas mercantis em razão da natureza meramente intelectual inerente à sua atividade.
- c) As sociedades simples devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas quando exercerem atividades profissionais e intelectuais.
- d) Os empresários devem ser inscritos no registro civil de pessoas jurídicas, haja vista que exercem atividade econômica organizada.
- e) As sociedades empresárias devem ser inscritas no registro civil de pessoas jurídicas, tendo em vista o exercício de atividade econômica organizada.

76. Em relação à sociedade em comum, dispõe o Código Civil:

- a) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, respeitado o benefício de ordem, quando for o caso, aquele que contratou pela sociedade, possuindo ou não, poderes específicos de gestão.
- b) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, inclusive por ações em organização, pelo disposto em lei, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade empresária.
- c) Os bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- d) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- e) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, independente de pacto expresse limitativo de poderes, aproveitando a quem com a sociedade contratou, mediante comprovação de dolo ou culpa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

77. É causa de extinção do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) parcelamento
- d) isenção
- e) anistia

78. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A moratória pode ser concedida somente em caráter geral.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

- c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido e não pode ser revogada ou anulada, ainda que comprovado que o sujeito passivo não reunia os requisitos para obtenção do benefício.
- d) A lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir.
- e) A moratória é causa de novação do crédito tributário.

79. Assinale a alternativa correta.

- a) Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
- b) O lançamento reporta-se à data da sua lavratura.
- c) O direito brasileiro somente admite o lançamento ofício.
- d) O lançamento de ofício, uma vez perfectibilizado, não pode ser modificado.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

80. Um projeto de lei do Estado do RS prevê o cancelamento de multas já lançadas em decorrência do não pagamento do ITCMD dos anos de 2017 a 2021, nos casos em que o contribuinte vier a realizar o pagamento do imposto até a data prevista no referido projeto.

Pode-se afirmar que será instituída uma espécie de

- a) anistia.
- b) isenção.
- c) remissão condicionada.
- d) moratória.
- e) todas estão incorretas

81. O Município X criou lei ordinária para instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e, na mesma lei ordinária, criou outras várias obrigações acessórias. Com relação à referida lei ordinária, é possível afirmar que:

- a) Usurpou a atribuição de lei complementar;
- b) Usurpou atribuição de decreto ao criar obrigações acessórias.
- c) Não houve irregularidade na criação de obrigações acessórias.
- d) Não poderia ter estabelecido obrigações acessórias, pois trata-se de atribuição de normas regulamentares.
- e) Não poderia ter estabelecido obrigação principal.

82. Em 2020, empresa do setor de comércio de roupas adquire estabelecimento de outra e passa a exercer a mesma atividade da alienante. A pessoa jurídica alienante deixa de existir. Em 2021, é lavrado auto de infração em razão do não recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ), acrescido de penalidade, tudo relativo ao ano base 2020. Assinale a opção correta:

- a) Apenas a alienante responde diretamente pelo tributo e pela penalidade.
- b) A adquirente do estabelecimento responde diretamente pelo tributo e pela penalidade.
- c) Alienante e adquirente respondem, na proporção de suas culpas, pelos tributos e penalidades devidos.
- d) O tributo pode ser exigido diretamente da adquirente, e a penalidade é integralmente devida apenas pela alienante.
- e) apenas a alienante é devedora do tributo e da penalidade.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Quanto à tutela constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- a) Para assegurar a efetividade da tutela ambiental, faculta-se ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio

ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

- b) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica indicada por equipe multidisciplinar contratada para tanto.
- d) A Floresta Amazônica brasileira, a Caatinga, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

84. Acerca do direito ambiental internacional assinale a alternativa correta:

- a) O Relatório de Brundtland, documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi elaborado na Conferência de Estocolmo, de 1972.
- b) O principal documento produzido no Acordo de Paris (COP-21) foi a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).
- c) Na Conferência Estocolmo-72 foi votado um Plano de Ação para o Meio Ambiente, composto por 109 recomendações, recomendações estas centradas, dentre outras políticas, no chamado “Plano Vigia” (Earthwatch), que consiste no investimento em tecnologias de controle para policiar e avaliar as condições do “meio ambiente mundial”.
- d) A Rio+20 contou também com muitas Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizaram de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou Carta da Terra).
- e) Ao final da Conferência de Quito, em 1997, foi produzido o documento intitulado “O futuro que queremos”.

85. Sobre a unidade de conservação denominada “Estação ecológica”, assinale a alternativa correta:

- a) Integra o grupo de uso sustentável.
- b) É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser

o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

- c) A pesquisa científica depende de ratificação posterior do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
- d) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a prática de ecoturismo.
- e) A Estação Ecológica pode ser composta por terras públicas ou privadas.

86. Um imóvel rural localizado na Amazônia Legal deverá conservar, à título de reserva legal, uma área mínima de:

- a) 20%, independentemente do tipo de vegetação.
- b) 80%, caso o imóvel esteja localizado em área de florestas.
- c) 35%, independentemente do tipo de vegetação.
- d) 50%, caso o imóvel esteja localizado em área de campos gerais.
- e) 60%, caso o imóvel esteja localizado em área de cerrado.

87. Acerca do saneamento básico, assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Municípios instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- b) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- c) Entende-se por sistema unitário o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário.
- d) Os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico não poderão ser resolvidos por meio de arbitragem.
- e) Dentre os princípios aplicáveis aos serviços de saneamento básico está o da universalização do acesso e efetiva prestação do serviço.

88. Sobre os recursos hídricos, assinale a alternativa correta:

- a) A União articular-se-á com os Municípios, que possuem titularidade das águas, tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.
- b) É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros, o Cadastro Ambiental Rural.
- c) Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Município e por Estado.
- d) O Estado é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- e) Constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

89. Nos termos da Lei 14.133/2021, nova Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar:

- a) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis antes da data de abertura do certame.
- b) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- c) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabe recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata em face de anulação ou revogação da licitação.
- d) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabe pedido de reconsideração, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- e) O recurso não suspende os efeitos da decisão recorrida.

90. Sobre Organização Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) É indispensável lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.
- b) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.
- c) Os conselhos profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- d) A alienação de controle acionário de empresas subsidiárias das empresas estatais exige a autorização legislativa.
- e) Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.

91. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é incorreto afirmar que:

- a) Pessoa Jurídica de Direito Público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.
- b) É ilegal o estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento.
- c) Em ação de desapropriação indireta é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.
- d) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local é de 15 anos.
- e) Não implica nulidade do processo administrativo, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.

92. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar:

- a) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.

- b) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.
- c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco administrativo.
- d) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- e) As empresas públicas, pessoas jurídicas de direito privado, são submetidas à responsabilidade civil objetiva, independentemente de seu objeto.

93. Relativamente aos Atos Administrativos assinale a alternativa correta:

- a) Anulação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência, ao passo que revogação é a extinção por ilegalidade do ato.
- b) O ato vinculado pode ser revogado.
- c) O mérito administrativo é de exclusivo controle da Administração Pública, por meio da autotutela administrativa, sendo insindicável pelo Judiciário.
- d) A autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- e) Motivação e motivo são juridicamente equivalentes.

94. No que diz respeito ao tema Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta

- a) As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.
- b) A propositura da ação não prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas, ainda que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- c) Estando a inicial em devida forma, o juiz ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito dentro do prazo de dez dias.
- d) É imprescindível a demonstração de dilapidação patrimonial para a decretação da medida de

indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa.

- e) É legítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.

95. Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar

- a) Não se encontrando averbada no registro imobiliário antes da vistoria, a reserva florestal não poderá ser excluída da área total do imóvel desapropriando para efeito de cálculo da produtividade do imóvel rural.
- b) As restrições ao direito de propriedade, impostas por normas ambientais configuram desapropriação indireta quando esvaziarem seu conteúdo econômico.
- c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.
- d) Configura desapropriação indireta quando o Estado realiza serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.
- e) De acordo com o STF, o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tombem bens de propriedade da União.

96. De acordo com a Lei 14.133/2021, sobre Contratos Administrativos, é correto afirmar que

- a) Os contratos poderão ser alterados, por acordo entre as partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- b) Os contratos poderão ser alterados, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- c) Os contratos poderão ser alterados, por acordo entre as partes, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites da lei.
- d) Em hipótese de alteração unilateral o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 20%

do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

- e) A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

DIREITO AGRÁRIO

Thiago leite

97. Quanto aos assentamentos rurais, assinale a alternativa correta:

- a) A estruturação de um assentamento rural é de responsabilidade dos assentados, que receberam o acesso à terra.
- b) Os assentamentos rurais não estão inseridos no contexto de reforma agrária, pois são institutos totalmente diferentes.
- c) O STJ fixou entendimento de que o fato do Incra ter efetuado o assentamento na área é suficiente para que ele (INCRA) seja considerado parte legítima por possíveis abusos cometidos por policiais militares na execução de ordem de despejo requisitada pelo Poder Judiciário.
- d) Aos assentados rurais deve ser garantido não só o acesso à terra, mas também aos instrumentos necessários à exploração da terra, como assistência técnica, créditos, insumos.
- e) O STJ entende que o INCRA não possui legitimidade ativa para reaver terra da União destinada a assentamento rural.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) Se o imóvel rural à venda estiver sendo explorado por mais de um arrendatário, o direito de preempção poderá ser exercido para aquisição parcial da área.
- b) No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de perempção dentro de sessenta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.
- c) Segundo o STJ, o direito de preferência para a aquisição do imóvel arrendado, previsto no Estatuto da Terra, não é aplicável à empresa rural de grande porte (arrendatária rural).

- d) O arrendatário a quem não se notificar a venda poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de três meses, a contar da transcrição do ato de alienação no Registro de Imóveis.

- e) Segundo o STJ, é possível a adjudicação compulsória de lotes rurais não individualizados no registro de imóveis.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) Tendo em vista a autonomia da vontade, não se aplica, aos contratos agrários, o princípio da proteção do hipossuficiente.
- b) Os contratos agrários podem ser divididos em típicos e atípicos. Os contratos típicos são aqueles que possuem uma regulação agrária específica e detalhada, e são dois: o arrendamento e as parcerias.
- c) Os contratos de arrendamento rural e de parceria rural deverão ser necessariamente escritos, ante o princípio da segurança jurídica.
- d) Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, sempre por tempo determinado, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei.
- e) Mesmo com expresso consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento rural.

100. Assinale a alternativa correta quanto à desapropriação para fins de reforma agrária:

- a) A competência para desapropriar para fins de reforma agrária é da União e dos Estados.
- b) As benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- c) Pode ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva, desde que devidamente justificada.
- d) Cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

- e) O pagamento da terra nua, na desapropriação sancionatória rural, será feito por meio de títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
-

Preencha o Gabarito!

https://bit.ly/Simulado-TJ_GO-Juiz-22-08-21

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>